

# Ruy Mauro Marini e a Dialética do Capitalismo Contemporâneo

Carlos Eduardo Martins \*

**Resumo:** Neste artigo analisamos criticamente a obra de Marini, tomando em consideração os conceitos de superexploração do trabalho e subimperialismo, sua evolução na obra do autor e os principais debates que se estabeleceram sobre eles para avaliar sua pertinência e avançar no desenvolvimento da teoria marxista da dependência. Destacamos ainda as leituras do autor sobre o imperialismo e sua aproximação das análises do sistema-mundo para delimitar os marcos e estratégias da luta pelo socialismo.

**Palavras-chave:** Ruy Mauro Marini. Capitalismo. Superexploração. Subimperialismo. Marxismo.

**Abstract:** In this article we critically analyze Marini's work, taking into consideration the concepts of labor superexploitation and subimperialism, their evolution in the author's work and the main debates that have been established about them in order to evaluate their relevance and to advance the development of the Marxist theory of dependency. We also highlight the author's readings on imperialism and his approach to world-system analyses to delimit the frameworks and strategies of the struggle for socialism.

**Keywords:** Ruy Mauro Marini. Capitalism. Superexploitation. Subimperialism. Marxism.

**Resumen:** En este artículo analizamos críticamente la obra de Marini, teniendo en cuenta los conceptos de superexplotación laboral y subimperialismo, su evolución en la obra del autor y los principales debates que se han establecido en torno a ellos para valorar su relevancia y avanzar en el desarrollo de la teoría marxista de la dependencia. También destacamos las lecturas del autor sobre el imperialismo y su aproximación a los análisis del sistema-mundo para delimitar los marcos y estrategias de lucha por el socialismo.

**Palabras-clave:** Ruy Mauro Marini. Capitalismo. Superexplotación. Subimperialismo. Marxismo.

\* Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais e Defesa e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da UFRJ, pesquisador do CLACSO e coordenador do Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia/UFRJ. Professor Visitante no Arrighi Center for Global Studies (2022)

## Introdução

A obra de Ruy Mauro Marini desponta como uma das principais referências do marxismo latino-americano do século XX por oferecer uma interpretação original do capitalismo na América Latina que contribuiu decisivamente para a construção da teoria marxista da dependência, da qual é um dos destacados fundadores, ao lado de Theotônio dos Santos (1968, 1969, 1972 e 1978), Vânia Bambirra (1974 e 1978) e Orlando Caputo e Roberto Pizarro (1974)<sup>1</sup>. O pensamento de Marini foi o que mais avançou na formulação de uma economia política para interpretar as estruturas e dinâmicas do capitalismo dependente, tendo ultrapassado dialeticamente o seu objetivo inicial de construir uma “[...] teoria intermediária que, informada por Marx, conduzisse à compreensão do caráter subdesenvolvido e dependente da economia latino-americana e sua legalidade específica” (MARINI, 1990, p. 25). A obra do autor incidiu na própria expansão e reformulação da teoria do valor de Marx, na interpretação das leis de desenvolvimento da própria economia mundial capitalista e das formações sociais nela inscritas, divididas em grande medida em centros e periferias, tomadas como partes de uma totalidade mais ampla que as condiciona e modifica, mas que é ao mesmo tempo resultado de seus movimentos particulares, onde se destaca a atuação dos Estados imperialistas, sobretudo daquele hegemônico que lidera esse tipo de expansão.

Apesar de todo o esforço feito pelas ditaduras do grande capital para bani-lo, exonerando-o de cargos públicos, prendendo-o, torturando-o, destruindo seus materiais de pesquisa, buscando o seu extermínio físico e condenando-o ao exílio; ou pelo pensamento liberal para desacreditá-lo, distorcendo suas formulações e lhe impondo o ostracismo, o legado do autor sobreviveu e chegou com força ao século XXI. A grande razão para isso é a sua capacidade de explicar e descrever dimensões estruturais do capitalismo dependente que condicionam e limitam o desenvolvimento econômico, político e social de suas populações e formações sociais, assim como a internacionalização de algumas de suas categorias para os centros imperialistas, como a superexploração do trabalho, formulação que o autor passou a sustentar em

<sup>1</sup> O texto fundacional da teoria da dependência no CESO, ao qual se soma Ruy Mauro Marini, em 1970, restabelecendo a colaboração intelectual com Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra na Universidade de Brasília e na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), é *Esquema de investigación sobre relaciones de dependencia en América Latina: bosquejo informativo* (CESO, 1967). Esse texto reuniu equipe de investigação sob a direção de Theotônio dos Santos, que contou com a participação de Vânia Bambirra, Orlando Caputo e Roberto Pizarro. Ruy Mauro Marini contribuiu para a fundação da teoria da dependência com *Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo* (1965b), *La interdependencia brasileña y la integración imperialista* (1965a), *La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil* (1966), *Subdesarrollo y revolución* (1974 [1969]) e *Dialéctica de la dependencia* (1973a).

seus últimos trabalhos. Nos anos 1990, Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos fizeram um amplo balanço das contribuições da teoria marxista da dependência e do pensamento latino-americano no século XX, apontando a necessidade de reformulá-la parcialmente para analisar a reorganização da economia mundial estabelecida com a reestruturação do imperialismo estadunidense e a ofensiva da globalização neoliberal. Theotonio dos Santos reivindicou a teoria marxista da dependência como a primeira etapa da construção de uma teoria marxista do sistema mundial, e Marini reivindicou que se retomasse o núcleo marxista da teoria marxista da dependência, desgarrando-o de suas aderências desenvolvimentistas e neodesenvolvimentistas, para saltar a uma nova etapa superior de pensamento<sup>2</sup>.

Esse trabalho de balanço e retomada, iniciado nos anos 1990, ganhou projeção e difusão no século XXI dentro e fora da América Latina, com a crise do neoliberalismo na região e a ofensiva das esquerdas nas sociedades civis, instituições científicas, aparelhos de Estado, organismos regionais latino-americanos e caribenhos, ou internacionais. Antigos discípulos e novas gerações se afirmam dando lugar a um estudo mais detalhado da obra de Marini. Se estabelecem debates no interior da teoria marxista da dependência e com outros enfoques analíticos rivais, no âmbito das esquerdas ou do pensamento liberal, que buscam limitar seu alcance e influência nas ciências sociais e na organização da contra-hegemonia e dos processos emancipatórios. O caráter paradigmático e incompleto da obra de Marini, expressão da radicalidade de sua dimensão fundadora, abriu espaço para distintas reivindicações dela no âmbito das ciências sociais. Podemos destacar: as que tomam seus textos fundacionais dos anos 1970, principalmente *Dialética da dependência* (1973a), como uma obra acabada e não como o autor a apresenta, uma introdução às linhas gerais de desenvolvimento do capitalismo dependente, suscetível de abrir linhas de pesquisa e de contribuir a esforços futuros de quem busca estudá-lo; as que acentuam as aderências desenvolvimentistas e neodesenvolvimentistas no âmbito da teoria marxista da dependência para limitar e subordinar o seu núcleo radical, descaracterizando-o, para seguir o caminho inverso ao proposto por Marini; e as que buscam desenvolvê-los dialeticamente, reformulando categorias à luz da evolução das sociedades dependentes, do capitalismo mundial e suas novas formas de reprodução internacionais.

Neste artigo analisaremos os conceitos de superexploração do trabalho e subim-

2 De Ruy Mauro Marini, destacam-se sua *Memória* (1990) e *Dependência e integração na América Latina* (1992), *Procesos y tendencias de la globalización capitalista* (1996) e o balanço da teoria social latino-americana que organiza com Margara Millán (MARINI e MILLÁN, 1994a, 1994b, 1995 e 1996). Theotonio dos Santos publica *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável* (1995 [1993]) e *De la dependencia al sistema mundial: balance y perspectivas* (1999), seguido por *Teoria da dependência: um balanço histórico e teórico* (2000).

perialismo de Ruy Mauro Marini, as suas leituras sobre o imperialismo e os marcos que colocam para a luta pelo socialismo na obra do autor. Daremos ênfase aos debates suscitados no século XXI, sem deixar de fazer menção às principais controvérsias do século XX que se prolongam nos debates contemporâneos.

## A superexploração do trabalho em Marini

O conceito de superexploração do trabalho é o de maior centralidade na obra de Ruy Mauro Marini e foi desenvolvido e aprimorado ao longo dela. A sua primeira aparição se fez em seu artigo *Subdesarrollo y revolución en América Latina* (1968), posteriormente incorporado ao seu livro *Subdesarrollo y revolución* (1974 [1969]), no qual o autor trouxe alguns elementos que desenvolveu posteriormente. Aqui ele afirmou ser a superexploração “o princípio fundamental da economia subdesenvolvida”, implicando um “aumento do valor absoluto do mais-valor” através do qual suas classes dominantes se ressarcem da drenagem de uma parte variável de seu mais-valor para os países centrais (MARINI, 1968, p. 10). O termo permanecia intuitivo e impreciso, mas sinalizava o seu determinante nas compensações às transferências de valor que algumas formações sociais na economia mundial sofriam, impostas pela cooperação subordinada com o imperialismo de suas classes dominantes. O conceito ganhou estatuto teórico pela primeira vez em *La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo* (1973b), na intervenção do autor no Encontro dos Economistas Latino-Americanos em Roma, em setembro, publicada no ano seguinte no Centro de Estudios Sócio-Económicos (CESO) Essa intervenção antecipou a sua formulação em *Dialéctica de la dependencia* (1973a), onde o autor apresentou o conceito com maior amplitude e elaboração, situando-o no âmbito dos principais padrões de reprodução de capital na América Latina, termo que utilizou posteriormente em *Plusvalía extraordinária y acumulación de capital* (1979c) e definiu conceitualmente em *Sobre el patrón de reproducción del capital en Chile* (1982).

No texto da intervenção em Roma, Marini enunciou um fundamento metodológico que rompeu os postulados que permeiam as diversas variantes do pensamento desenvolvimentista e o apartou definitivamente deles, estabelecendo um dos pilares da teoria marxista da dependência: nos países dependentes, a produção, na reprodução ampliada do capital, se subordina aos condicionamentos da circulação, o que inclui não apenas a fase primário-exportadora, mas também a industrial, em torno da qual o desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo nutriram grandes esperanças de endogeneização da dinâmica do ciclo capitalista. Diferentemente dos países centrais, onde a produção tem papel dominante e dinâmico sobre a circulação, esta-

belecendo a sua espacialidade e as linhas de expansão necessárias à sua reprodução, dirigindo a articulação entre o mercado mundial e o mercado interno, nos países dependentes a relação entre essas categorias é inversa, exercendo o mercado mundial e a circulação internacional de capitais o papel condicionante sobre a produção. A parte mais dinâmica da produção se separa da circulação interna, e a exploração do trabalhador deixa de estar limitada por sua necessidade de consumo para a realização das mercadorias e a efetivação da reprodução completa do ciclo do capital. O autor assinalou a necessidade de superar a leitura formalista de Marx em favor de uma interpretação criativa, capaz de analisar as distintas formas particulares em que se expressa o desenvolvimento do capitalismo. Marx partiu da premissa teórica de que a força de trabalho média se remunera por seu valor para estabelecer sua teoria do mais-valor; entretanto, esse suposto abstrato e geral, que corresponde às condições históricas do capitalismo nos países centrais, não corresponde às formas particulares em que ele se apresenta nos países dependentes, onde a força de trabalho é remunerada por debaixo do seu valor. Marini propôs reinterpretar a teoria do mais-valor para ajustá-la às dimensões históricas dividindo o mais-valor em duas grandes formas: o baseado no aumento da capacidade produtiva do trabalho e o fundado na maior exploração do trabalhador. O primeiro se funda na elevação da produtividade e permite o estabelecimento do mais-valor relativo quando desvaloriza bens de consumo necessários; o segundo se baseia no mais-valor absoluto, na elevação da intensidade de trabalho e do desgaste da força de trabalho (sem alterar-se a capacidade produtiva do trabalho), e na remuneração da força de trabalho inferior ao seu valor real, convertendo parte do fundo de consumo do trabalhador em fundo do capital.

Em *Dialéctica de la dependencia*, Marini voltou com mais profundidade e precisão ao tema que havia esboçado. Ele esclareceu que, no capitalismo, o aumento da capacidade do trabalho eleva a produtividade, mas não aumenta a massa de valor, reduzindo o valor por unidade de produto. Para elevar a taxa de mais-valor, exige-se a maior exploração do trabalhador, modificando as proporções da jornada dentro dos limites da variação de produtividade. A superexploração ocorre quando a maior exploração do trabalhador se desenvolve de forma independente, sem vincular-se diretamente ao aumento da capacidade do trabalho. Ele estabeleceu as bases da economia política do capitalismo dependente e articulou a superexploração do trabalho às transferências internacionais e internas de valor que essas economias sofrem, assinalando que a maior exploração do trabalhador é o mecanismo utilizado pelo capital para compensar aquelas, fundadas no monopólio da produção e na produtividade. O autor especificou em grandes linhas os principais padrões históricos de reprodução dos países dependentes, apontando as formas concretas em que a maior exploração

do trabalhador se estabelece e a produção se diferencia, engendrando a expansão da circulação interna, sem inverter, contudo, a relação de subordinação com o mercado mundial e a circulação internacional de capitais.

Na velha economia primário-exportadora, o prolongamento da jornada de trabalho era forma predominante da maior exploração do trabalhador. A América Latina orientava sua produção principalmente para compensar a queda da taxa de lucro e auxiliar a transição do regime de acumulação dos países centrais para o mais-valor relativo. Os países centrais buscavam burlar o princípio mais geral da lei do valor, baseado na troca de quantidades equivalentes de trabalho, mediante a elevação da produtividade, reduzindo a quantidade de valor por unidade de produto; e os países dependentes moviam-se para aumentar a massa de valor realizado por meio da extensão da jornada de trabalho. Os limites à expansão da produção nos países dependentes elevavam o intercâmbio e a taxa de lucro em seu favor, promovendo a migração de capitais para a economia exportadora. O resultado era o estabelecimento dos preços de produção e da taxa média de lucros na economia mundial, a desvalorização da produção primário-exportadora, e o deslocamento dos termos de intercâmbio em favor dos produtos manufaturados. A perda da capacidade de compensar, mediante o aumento da massa de valor, a violação da lei do valor imposta pelos países centrais, através do aumento da produtividade e do monopólio da produção, não permitiu que o aumento da capacidade produtiva se descolasse da maior exploração do trabalhador, que vai incorporando lentamente o aumento da intensidade do trabalho com a elevação da composição técnica e orgânica do capital.

O descolamento do aparato produtivo mais importante e dinâmico das necessidades de consumo dos trabalhadores impediu que a indústria ultrapassasse níveis complementares ao setor exportador e desempenhasse papel significativo, sendo a demanda interna mais importante, formada pelo mais-valor acumulado, atendida pela importação de mercadorias. O desenvolvimento de uma fração industrial significativa apenas se estabeleceu a partir da janela de oportunidade da crise do mercado mundial, que lhe proporcionou a demanda interna formada pela esfera alta de consumo. O autor mencionou que a aproximação da oferta aos limites dessa demanda interna foi lenta, utilizou o sobrepreço, possibilitado pelo protecionismo para aumentar o mais-valor apropriado sem elevar a composição orgânica do capital, e não rompeu com as estruturas internas exportadoras na grande maioria dos casos. Na seção intitulada *O novo anel da espiral*, Marini assinalou que a aproximação entre a esfera alta e a baixa da circulação interna dos países dependentes, que se fazia lentamente com a expansão da produção para além dos limites da demanda, se interrompeu e levou a um novo afastamento entre elas a partir da reorganização do imperialismo sob

liderança dos Estados Unidos no pós-guerra. A profunda reestruturação produtiva, a concentração e centralização de capitais, a aceleração dos seus tempos de rotação e da obsolescência moral de produtos e processos nos países centrais deram lugar a uma massiva transferência de tecnologia orientada aos mercados internos dos países dependentes, estabelecendo a liderança do capital estrangeiro em seus processos de industrialização. Criou-se um patamar de assimetrias e de monopólios que conduziu ao estabelecimento de um mais-valor extraordinário permanente, impondo drásticas transferências internas de valor que se somaram e se combinaram às internacionais.

Marini apontou que o mais-valor extraordinário altera a repartição do mais-valor, mas não eleva a sua massa. Vincula o incremento da capacidade produtiva do trabalho ao aumento da massa do mais-valor realizado/apropriado e não ao incremento da taxa de mais-valor, afetando-as negativamente nas frações médias e inferiores do capital, que recorrem à maior exploração do trabalhador para restituí-las, diante da incapacidade de neutralizarem o monopólio tecnológico. Como o autor apontou em *El ciclo del capital en la economía dependiente* (1979a), mesmo que as frações médias e inferiores recorram à elevação da produtividade e anulem provisoriamente a assimetria, o capital estrangeiro é capaz de restabelecer a sua liderança, aprofundar as inovações e gerar outros patamares de competição, pois introduz a tecnologia aos saltos. O emprego da maior exploração do trabalhador pelas frações médias e inferiores do capital determina o nível médio de remuneração da força de trabalho, beneficia o setor monopólico e contribui para deprimir a estrutura geral de preços de matérias-primas e insumos industriais.

Como assinalou o autor em *Plusvalía extraordinária y acumulación de capital* (1979c), desenvolvendo os esquemas de reprodução de Marx para introduzir neles o progresso técnico, o mais-valor extraordinário se fixa não apenas no interior dos setores, mas entre eles, pois a inovação tecnológica tende a economizar força de trabalho e a substituir capital variável por mais-valor, restringindo a demanda por bens de consumo necessários e ampliando a por bens de consumo suntuários e capital constante para produzi-los. É a forte competição tecnológica no interior e entre as economias centrais que impulsiona a desvalorização de parte dos bens de consumo suntuários, transformando-os em bens de consumo necessários naqueles países, processo que a luta de classes acelera e para o qual contribuem as transferências de valor e a estrutura de preços deprimida dos países dependentes no mercado mundial. A estrutura monopólica, que impõe assimetrias tecnológicas e transferências de valor aos países dependentes, bem como o emprego da maior exploração do trabalhador, como forma invertida e paralela de mais-valor extraordinário, restringem a competitividade e a capacidade de desvalorização dos bens de consumo suntuários, bloqueando

o estabelecimento do mais-valor relativo como forma dominante de exploração da força de trabalho.

A superexploração não corresponde a uma forma de exploração da força de trabalho restrita às formas mais primitivas da acumulação de capital, mas se desenvolve com a sua própria potência produtiva, tornando-se dominante nos espaços onde as transferências de valor impõem expressivas subtrações de mais-valor às frações médias do capital, separando-as das frações superiores, que respondem pela grande massa de mercadorias, mas não pelos empregos da grande massa de trabalhadores. As transferências de valor se estabelecem pelo mais valor extraordinário no interior do ramo produtivo, pela fixação dos preços de produção ou do mais-valor extraordinário entre os ramos produtivos. Corresponde, nestes países, a uma hipertrofia do setor de bens de consumo suntuários e a uma atrofia do setor produtor de máquinas e equipamentos, limitado pelas restrições impostas à esfera baixa de consumo e pela oferta externa de bens de capital que configura a dependência tecnológica. A superexploração é o fundamento da reprodução da dependência e do subdesenvolvimento, contribuindo, junto com as demais transferências de valor, para deprimir a estrutura de preços dos bens de consumo necessários e dos produtos primários. O subdesenvolvimento é cada vez mais determinado pelo imperialismo e a dependência com a expansão da economia mundial. Quanto mais avança o desenvolvimento da capacidade produtiva nos países dependentes, mais a superexploração se desloca da extensão da jornada de trabalho para o aumento da intensidade, que Marini considera uma forma particular de mais-valor relativo, e principalmente para a apropriação do fundo de consumo do trabalhador sob a forma de redução de salários.

Embora o foco dos estudos de Marini nos anos 1970 fosse a superexploração nos países dependentes, ele nunca pretendeu limitá-la a esses espaços, imputando-a ao próprio modo capitalista de produção e analisando-a sempre nos marcos dos padrões de reprodução de capital. Para o autor, a superexploração do trabalho cresce correlativamente ao desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho e encontra barreiras na exploração dos trabalhos escravo ou servil das sociedades latino-americanas, durante o período colonial e o século XIX, ainda que possa neles se estabelecer, sendo mais adequada às formas salariais. Ao analisar os novos padrões de reprodução de capital estabelecidos com a globalização capitalista, nos anos 1990, ele apontou em *Procesos y tendencias de la globalización capitalista* (1996) que a superexploração se generaliza ao conjunto do sistema capitalista, deixando de ser uma característica distintiva dos países dependentes, ainda que suas formas de manifestação variem. Isso se estabelece porque a globalização do capital tornou a força de trabalho superexplorada dos países dependentes uma fonte mundial de mais-valor extraordinário,

ao fragmentar produtos e processos e explorá-la por meio de processos tecnológicos com alta composição técnica do capital, colocando em xeque os regimes de exploração da força de trabalho nos países centrais. A revolução nas forças produtivas em curso, impulsionada pelo capital, deslocou o monopólio tecnológico para a ciência, e o conhecimento e permitiu a difusão mundial da indústria, integrando a produção na circulação mundial por meio da ofensiva neoliberal. A substituição da indústria pelo setor de serviços como principal fonte de emprego nos países centrais estabelece alto grau de desemprego e subemprego na ausência de uma ofensiva dos trabalhadores que reduza a jornada de trabalho. Pressionado pelo uso da força de trabalho superexplorada como fonte da redução dos custos da produção destinada ao mercado mundial e pelo desemprego tecnológico, o regime de exploração fundado no desenvolvimento da capacidade do trabalhador nos países centrais passa a ser ameaçado pela difusão global da superexploração.

### **Balanco do conceito de superexploração em Marini: diálogo com o marxismo dependentista**

Nos anos 1990, Marini dedicou-se ao balanço das contribuições da teoria da dependência em sua *Memória* (1990), em seu livro *América Latina: dependência e integração* (1992), no amplo estudo da teoria social latino-americana que coordenou no CELA/UNAM de 1994-96 e em seu artigo *Procesos y tendencias de la globalización capitalista* (1996). Ele assinalou que a teoria da dependência teve duas florações, uma inicial, nos anos 1920, que se expressou em particular na obra de Mariátegui, e outra nos anos 1960-70, quando apresentou-se em suas versões mais radicais como teoria marxista da dependência. Se de um lado destacou as contribuições dos anos 1960-70 e respondeu às críticas que sofreu, de outro mencionou a necessidade de submetê-las a uma revisão para dar lugar a uma nova etapa de construção teórica, uma vez que não as considerava suficientes para enfrentar os desafios da globalização capitalista. Essa revisão criadora deveria tomar a teoria marxista da dependência como ponto de partida e extirpar as aderências funcionalistas, desenvolvimentistas e neodesenvolvimentistas de seu núcleo teórico-metodológico. Movidos por essa preocupação, lançamo-nos à análise e retomada de sua obra e ao debate com os seguidores e a crítica.

Consideramos o conceito de superexploração do trabalho um dos mais fecundos desenvolvidos pelo pensamento marxista e pela teoria social latino-americana para iluminar as contradições do capitalismo dependente e os seus limites para impulsionar o desenvolvimento e construir uma democracia de massas sustentável. Tal conceito não pode ter a sua potência explicativa circunscrita a determinadas regiões da

economia mundial sem sofrer importante mutilação, uma vez que deslinda dimensões cruciais da própria lógica global de expansão do modo de produção capitalista e sua economia mundial, que têm na concorrência um de seus traços fundamentais. A sua importância na interpretação do movimento da totalidade da economia mundial capitalista, reconhecida por teóricos do sistema-mundo como André Gunder Frank (1978) e, em certa medida, Immanuel Wallerstein (1995), Giovanni Arrighi (1997) e Beverly Silver (2019), ganhou novo impulso com a sua inclusão na teoria do imperialismo por Andy Higginbottom (2010 e 2014) e John Smith (2016). Higginbottom propôs atribuir a Marini, por sua formulação do conceito de superexploração, a descoberta de uma terceira forma de extração de mais-valor, capaz de ajustar o descompasso entre a lógica abstrata da teoria do mais-valor e as formas concretas pelas quais se desenvolve o capitalismo, tema ao qual voltaremos mais adiante.

Apesar de reconhecermos a importância central desse conceito para a interpretação do capitalismo dependente e para os processos de acumulação mundial de capital, não o consideramos suficientemente elaborado e desenvolvido. A reticência de Marini em publicar *Dialéctica de la dependencia* – assinalada em sua *Memória* –, superada para conter a difusão não autorizada de seu texto, evidencia o caráter provisório e incompleto do conceito, estando o autor a aperfeiçoá-lo ao longo de sua obra. A principal deficiência do conceito de superexploração em Marini está vinculada ao contexto social que o autor indicou haver limitado a radicalidade das teorias da dependência: um padrão de reprodução da economia mundial em que as relações de exploração entre as classes assumem a forma de relações entre Estados nacionais, ocultando parcialmente a real natureza do imperialismo (MARINI, 1993). Tal cenário é uma das fontes das aderências desenvolvimentistas e nacionalistas ao instrumental teórico marxista da teoria da dependência, que ele denunciou sem, entretanto, escapar delas inteiramente.

Se definiu a superexploração do trabalho no plano geral e abstrato como uma forma de exploração em que o trabalhador é remunerado abaixo do valor da força de trabalho. Marini não é suficientemente explícito, quando analisa as sociedades dependentes, sobre o lugar analítico e concreto de definição do valor da força de trabalho estar em última instância na economia mundial, em suas condições médias de produtividade e intensidade, e não no interior das economias nacionais que articula – como supõe o nacionalismo metodológico, de matriz liberal –, o que se acentua quanto mais se amplia a incidência do mercado mundial sobre elas. Embora seja uma consequência lógica do trabalho do autor, quando define a superexploração como uma característica distintiva do capitalismo dependente, que o valor da força de trabalho esteja definido fora, nos países centrais, onde seria supostamente equi-

valente aos seus preços, faltou uma elaboração mais orgânica para defender-se dos ataques do desenvolvimentismo e do endogenismo e evitar deslizes que aparecem, por vezes, em seus trabalhos. Ele se aproximou dessa elaboração quando reafirmou o conceito de trabalho socialmente necessário e a lei do valor em escala internacional em polêmica com Fernando Henrique Cardoso e José Serra (1978), que os negaram, expressando o pensamento liberal canônico. Entretanto, ao fazê-lo, situou lado a lado os conceitos de trabalho socialmente necessário em nível internacional e nacional, sem estabelecer hierarquias<sup>3</sup>.

O fato de não ter explicitado com clareza a centralidade da economia mundial na determinação do valor da força de trabalho abriu espaço para a ofensiva do nacionalismo metodológico, desdobrando-se em acusações de que a superexploração do trabalho excluiria necessariamente o mais-valor relativo onde fosse dominante. Entretanto, isso não está na essência do método do autor que funda a economia política marxista da teoria da dependência, nem em seu fio condutor, mas em aderências que eventualmente aparecem, sem comprometer os pilares fundamentais de seu edifício teórico. Evidentemente que, se o valor da força de trabalho em uma economia mundial monopólica se aproxima das condições de produtividade e intensidade estabelecidas pelos capitais de composição superior e estes produzem mais-valor relativo, expandindo os salários dos trabalhadores, a superexploração da força de trabalho nos países dependentes significa uma remuneração abaixo do valor médio da força de trabalho, que poderá implicar desde a neutralização de uma parte expressiva do mais-valor relativo e da expansão salarial até a sua anulação completa<sup>4</sup>.

Marini indicou, ao final de *Dialéctica de la dependencia*, que a superexploração do trabalho impedia, no capitalismo dependente, o trânsito para o mais valor-relativo

3 “Desde este punto de vista, lo primero que llama la atención es que, aunque vayan a ‘criticar’ lo que he dicho sobre el tema, hacen la curiosa advertencia de que no contemplarán el problema de la transferencia de valor a través del comercio exterior (p. 16). La razón básica que dan para ello es que ‘no habiendo movilidad de la fuerza de trabajo, es difícil establecerse, en escala internacional, el concepto de tiempo de trabajo socialmente necesario, el cual, a su vez, es crucial como requisito para la operación de la ley del valor [...]’. La movilidad de la fuerza de trabajo no influye para nada en el concepto de tiempo de trabajo socialmente necesario, a escala nacional o internacional. Seguramente, mis ‘críticos’ quieren decir que afecta su determinación, su medición. Pero tampoco es así: a nivel nacional o internacional, el tiempo de trabajo socialmente necesario no se determina por la circulación de la fuerza de trabajo, sino que es exclusivamente función del desarrollo de las fuerzas productivas, del grado de destreza, productividad e intensidad media de la fuerza de trabajo en la producción” (MARINI, 1978, p. 64).

4 Samir Amin (1974 e 2011) defendeu a existência de uma lei do valor mundializada e a definição do valor da força de trabalho na economia mundial, mas explica a polarização mundial pelas restrições à circulação mundial da força de trabalho, o que tornaria as leis do modo de produção capitalista, que supõe equalizadoras, distintas das que regeriam o sistema mundial. Tais supostos são completamente estranhos à teoria marxista da dependência e à obra de Marini, que situam a polarização na própria lógica interna do modo de produção capitalista e em seu desdobramento ao mercado mundial.

como forma dominante de exploração da força de trabalho, o que implica reconhecer a possibilidade deste existir como forma subordinada de exploração do trabalhador<sup>5</sup>. O predomínio da superexploração não significa necessariamente a negação do mais-valor relativo, mas que a maior parte de sua expansão e do potencial crescimento dos salários é apropriada por meio de mecanismos de transferência de valor, neutralizando-os. Entretanto, o grau de monopolização da economia mundial e das economias dependentes e as transferências de valor podem ser tais que eliminem o mais-valor relativo e imponham a regressão salarial, como demonstramos em *Algumas reflexões em torno da superexploração do trabalho* (MARTINS, 2017), *A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo* (MARTINS, 2018), *Dependency, neoliberalism and globalization in Latin America* (MARTINS, 2020) e *The longue durée of Marxist Theory of Dependency and the twenty-first century* (MARTINS, 2022b). A hipótese formulada por Marini, de extensão da superexploração aos centros imperialistas pela utilização da força de trabalho dos países dependentes como fonte de mais-valor extraordinário na globalização capitalista, aponta nesta direção, incidindo negativamente sobre os salários em condições médias de produtividade, situando por debaixo delas a grande massa de trabalhadores dos países centrais e se expressando na forte elevação da desigualdade nos centros imperialistas e na periferia dependente.

Apesar da instigante proposição de Andy Higginbottom (2010) de que a superexploração do trabalho deve ser considerada uma terceira forma de extração de mais-valor, esta inclui o mais-valor absoluto com uma de suas variantes. A consideramos, em seu plano mais geral e abstrato, uma forma de extração antagônica ao mais-valor relativo e que, exatamente por isso, desvela a totalidade da dialética da reprodução ampliada do capital, apontando a conjunção entre o seu elemento positivo, a criação de mais-valor, e o negativo, a transferência de mais-valor, esta negada ou, em maior ou menor medida, ocultada pelo pensamento liberal e desenvolvimentista. O próprio Marini não percebeu toda a radicalidade de sua descoberta, como evidencia a sua pretensão de incluir o mais-valor relativo como uma das modalidades de superexploração mediante a elevação da intensidade do trabalho, sob o argumento de que afetaria os dois tempos da jornada. Entretanto, para Marx, no mais-valor relativo, os

<sup>5</sup> “En este sentido, se pueden encontrar en mi ensayo indicaciones, aunque notoriamente insuficientes, que permiten vislumbrar el problema de fondo que la teoría marxista de la dependencia está urgida a enfrentar: el hecho de que las condiciones creadas por la superexplotación del trabajo en la economía capitalista dependiente tienden a obstaculizar su tránsito desde la producción de plusvalía absoluta a la de plusvalía relativa, en tanto que forma dominante en las relaciones entre el capital y el trabajo. La gravitación desproporcionada que asume en el sistema dependiente la plusvalía extraordinaria es un resultado de esto y corresponde a la expansión del ejército industrial de reserva y al estrangulamiento relativo de la capacidad de realización” (MARINI, 1973a, p. 100).

dois tempos são modificados pelo aumento da capacidade produtiva do trabalho, e a força de trabalho se vende por seu valor, supostos que não se encontram na elevação da intensidade como forma de superexploração e nem na apropriação do fundo de consumo do trabalhador, que também afetaria os dois tempos da jornada, o que sublinha não poder ser a modificação simultânea dos tempos um critério isolado para especificar o que é o mais-valor relativo sem incluir as determinações que Marx estabeleceu<sup>6</sup>.

Cabe então distinguir dois níveis de análise da superexploração, isto é, como tipologia abstrata de exploração da força de trabalho que exclui o mais-valor relativo; e como forma concreta dessa exploração, que pode vir a se combinar com este, onde se toma como referência para o valor da força de trabalho, aquele estabelecido nas condições médias de produtividade e intensidade da economia mundial e na economia nacional, de acordo com os padrões de acumulação de capital vigentes. Na determinação do valor da força de trabalho, tem centralidade a economia mundial, que é cada vez maior quanto for a sua capacidade de integrar a circulação das economias nacionais ao mercado mundial. A superexploração tem forte vinculação a formas de compensação das transferências de mais-valor, mas não se resume a essas, podendo significar, como na globalização capitalista, uma reação do capital – por meio do desemprego tecnológico, uso da força de trabalho barata da periferia e financeirização – aos impactos negativos do aumento do valor da força de trabalho sobre a taxa de mais-valor, provocado pela revolução científico-técnica, segundo Theotonio dos Santos (2000, 2004 e 2016) e Carlos Eduardo Martins (2011, 2020, 2021a e 2023), apropriando-se de um conceito de Radovan Richta (2018 [1968]), ou pela conversão dos trabalhadores em analistas simbólicos, que menciona Marini (1996).

Foi a dificuldade em distinguir com clareza esses dois níveis de análise, presentes de forma embrionária em sua metodologia, que levou Marini a incluir indevidamente um mais-valor relativo espúrio na tipologia abstrata da superexploração e, por vezes, a aparentar excluir o mais-valor relativo, tal como definido por Marx, das formações sociais concretas em que a superexploração é dominante como forma de exploração<sup>7</sup>. Tal procedimento fragilizou seu enfoque em algumas passagens de seus

6 Juan Cristobal Cardenas (2018) criou a categoria de mais-valor relativo usurpatório para incluir a apropriação do fundo de consumo do trabalhador como mais-valor relativo, posição com a qual não estamos de acordo.

7 Um exemplo disso é a passagem de *Dialéctica de la dependencia* em que Marini afirmou de forma peremptória que determinadas mercadorias estariam excluídas do consumo popular. “Para ello concurrió decisivamente la vinculación de las nuevas técnicas de producción a ramas industriales orientadas hacia tipos de consumo que, si tienden a convertirse en consumo popular en los países avanzados, no pueden hacerlo bajo ningún supuesto en las sociedades dependientes. El abismo existente allí entre el nivel de vida de los trabajadores y el de los sectores que alimentan a la esfera alta de la circulación hace inevitable que productos como automóviles, aparatos electrodomésticos, etc., se destinen necesariamente a esta

escritos, mas em nosso entendimento não atingiu as bases fundamentais de seu método para fundar e desenvolver a teoria marxista da dependência.

O desenvolvimento ainda embrionário de alguns aspectos do conceito de superexploração do trabalho em Marini – que acarretou, em determinados momentos, a perda de autonomia relativa do nível concreto diante do abstrato do conceito e da economia mundial diante da economia nacional na definição do valor da força de trabalho – levou alguns de seus mais rigorosos seguidores a incorrerem em explicações idealistas para demonstrar a compatibilidade da superexploração da força de trabalho com o mais-valor relativo. Assim, autores qualificados, como Jaime Osório (2006, 2018 e 2022a) e Mathias Luce (2018), recorrem a expedientes como a mudança do valor histórico-moral da força de trabalho para explicar a ampliação do consumo em situação de superexploração, incluindo-a como fator independente, conectado diretamente com o desenvolvimento das forças produtivas, sem relacioná-la de forma ampla com a teoria do valor e os processos de exploração dos trabalhadores, geração e apropriação de mais-valor, onde deve estar inserida<sup>8</sup>. É preciso ainda incorporar como quarta forma de superexploração, não estabelecida explicitamente por Marini como uma de suas variantes, o aumento do valor da força de trabalho sem a elevação absoluta ou proporcional de seus preços, que ganha importância crescente com a reprodução ampliada do capitalismo e o desenvolvimento de suas forças produtivas<sup>9</sup>.

Outro tema, em que alguns de seus seguidores não acompanharam o desenvolvimento metodológico do conceito de superexploração estabelecido pelo próprio Marini, é o que se refere à difusão desse tipo de exploração para as economias centrais por meio do estabelecimento de um novo arranjo organizacional para a extração do mais-valor extraordinário pelas corporações transnacionais, mediante a globalização capitalista e a mundialização da lei do valor. Autores como Jaime Osório (2018 e 2022b) e Mathias Luce (2018) insistem na centralidade de *Dialéctica de la dependen-*

---

última” (MARINI, 1973a, p. 72). Ou o trecho da mesma obra em que afirma que as indústrias dirigidas ao consumo popular tendem à estagnação ou à regressão, afirmação que reescreve em *Las razones del neodesarrollismo: respuesta a F.H. Cardoso e Jose Serra* (1978), sua resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra, para mencionar que tinha em mente taxas e não valores absolutos, o que não estava explícito na versão inicial (MARINI, 1978, p. 73).

8 “El elemento histórico moral le da a la mercancía fuerza de trabajo una impronta particular, en tanto no se trata de reproducir animales sin más, sino seres humanos, acostumbrados a formas particulares de alimentación, y que van formando parte de una sociedad donde aparecen nuevos bienes, que al abaratare, pasan a formar parte de los bienes salarios” (OSÓRIO, 2006, p. 78).

9 Carlos Eduardo Martins foi o primeiro a apontar essa forma de superexploração dos trabalhadores: “[...] isso significa uma queda dos preços da força de trabalho por meio de três mecanismos a extensão da jornada de trabalho ou a elevação da intensidade ambas sem o aumento correspondente ao maior desgaste da força de trabalho e a redução salarial. Seria possível agregar ainda o aumento do valor da força de trabalho via qualificação sem o aumento correspondente do salário” (MARTINS, 2006, p. 930).

cia na obra de Marini e na especificidade do capitalismo dependente diante de outras formações sociais no capitalismo mundial. Entretanto, este autor nunca tomou *Dialéctica de la dependencia* como a conclusão de uma linha de pesquisa, mas sim como o texto que a abriu, ao defini-la de forma sistemática, inscrevendo-a no âmbito do processo mais amplo e criativo de seu pensamento. Nesse livro, ele apontou que a relação positiva entre o desenvolvimento das forças produtivas e a maior exploração da força de trabalho não é exclusiva da economia dependente, mas inerente ao próprio modo de produção capitalista, apresentando nela caráter agudo e dominante.

Em sua apresentação para a versão em inglês de *Dialéctica de la dependencia*, publicada pela *Monthly Review*, Jaime Osório se esforçou para apresentar as formulações de *Procesos y tendencias de la globalización capitalista*, nos marcos do livro paradigmático de Marini, ao invés de concebê-las como uma continuidade que o desenvolve e ultrapassa. Osório apresentou a tese de Marini de 1996 de que a superexploração estaria se difundindo aos países centrais nos termos de *Dialéctica da dependência*, isto é, como uma forma de exploração subordinada, que afirmou estar restrita às minorias étnicas, imigrantes e indocumentados (OSÓRIO, 2022b, p. 158). Entretanto, a interpretação de Marini nos anos 1990 se modificou, e o fator determinante é a sua análise dos padrões de reprodução do capital estabelecidos pela mundialização da lei do valor. É esse o fator dinâmico que permitiu a Marini reformular sua interpretação sobre a incidência da superexploração da força de trabalho nas formações sociais, redefinindo suas análises dos anos 1970 e 1980. Novos padrões de reprodução do capital modificam o lugar da maior exploração do trabalhador no modo de produção capitalista e sua expressão geoeconômica e geopolítica. O pensamento de Marini não deve ser tomado como estático, mas dinâmico em função da mudança nos próprios processos de acumulação.

Marcelo Carcanholo e Hugo Figueroa Corrêa (2016) e Marisa Amaral (2018) também se opuseram ao uso da categoria superexploração da força de trabalho para os países centrais, ainda que por outras razões. Carcanholo e Corrêa fizeram uso de uma análise de *O capital* que pretende subordinar as dimensões históricas e concretas às lógico-teóricas, mas terminaram por encerrar o pensamento de Marx em esquemas abstratos que ignoram as contradições entre os múltiplos níveis de concreção a que se referem, deixando de tomar em conta os movimentos da realidade que modificam suas interrelações, hierarquias e o desenho de totalidade onde se inscrevem. Trata-se de uma metodologia idealista, reducionista, que reivindica para si a ortodoxia marxista, mas caminha para o abstrato, em sentido inverso ao da dialética, uma vez que esta modifica os conceitos em seu movimento para o mais complexo. Os autores afirmaram que, segundo Marx, os preços da força de trabalho se vendem ao seu

valor, ainda que não se vendam em situações particulares, que carecem de interesse teórico para análise do modo de produção capitalista por serem históricas. Em razão disso, assinalaram que o conceito de superexploração não faz sentido para designar uma forma particular de exploração, pois as variações de preço em relação ao valor da força de trabalho se inscrevem na categoria exploração. Propuseram então circunscrever a validade do conceito de superexploração às transferências de mais-valor sofridas pela periferia em favor dos centros. Em seu esforço para harmonizar Marini com o Marx que apresentaram como definitivo, suprimiram do primeiro as reflexões que inscrevem a superexploração como uma variante do desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção capitalista. Marisa Amaral respaldou as reflexões de Carcanholo e Corrêa e vinculou a superexploração ao rentismo e à financeirização do capital, sem explicar por que, sendo hegemônicos na acumulação mundial de capital, só imporiam a superexploração à periferia.

Os problemas desse tipo de abordagem são vários. Em primeiro lugar, Marini nunca supôs que a superexploração não se inscrevia dentro da categoria exploração, sem por isso perder especificidade como uma de suas formas particulares. O fato de a exploração abarcar variações de preços em relação ao valor da força de trabalho não desabilita a superexploração como conceito porque esta designa uma forma suficientemente singular de exploração. Ela se estabelece quando as variações de preços para baixo do valor da força de trabalho são sistemáticas, o que aponta uma realidade distinta do nível mais geral e preliminar da formulação de Marx. Em segundo lugar, restringir a superexploração às transferências de mais-valor, eliminando-a como forma específica de extração de mais-valor, significa encerrá-la na circulação, onde não se produz mais-valor, mas se apropria, implicando uma contradição formal. Em terceiro lugar, como demonstrou Marini, principalmente, em *Plusvalía extraordinária y acumulación de capital*, as transferências de mais-valor, antes que internacionais, são intrasetoriais e intersetoriais, podendo se efetivar entre os Estados ou no interior destes. Finalmente, postular que, para Marx, os preços da força de trabalho se vendem sempre em média por seu valor, é ignorar suas reflexões sobre a tendência decrescente da taxa de lucro e as contradições entre a taxa e a massa de mais-valor, direção do modo de produção capitalista impulsionado por forças produtivas mais avançadas.

A difusão da superexploração da força de trabalho aos países centrais foi destacada por autores como Adrian Sotelo Valencia (2016, 2019) e Carlos Eduardo Martins (2011, 2018, 2020 e 2023), que apontaram como expressões dessa realidade o forte incremento da desigualdade, a apropriação do fundo de consumo do trabalhador, a crise ideológica do liberalismo, a agudização da luta de classes e o crescimento do fascismo nos segmentos desorganizados da classe trabalhadora, incapazes de fazer fren-

te à ofensiva do grande capital e às disputas internas entre suas frações. Na mesma direção se colocou John Smith (2016), que redefiniu a teoria do imperialismo para situar a superexploração como a essência do imperialismo no século XXI. Tal difusão não significa, entretanto, eliminar as diferenças entre países imperialistas e países dependentes, que continuam a existir em razão do monopólio das forças produtivas, das transferências de mais-valor e dos distintos padrões de qualificação da força de trabalho. A extensão da superexploração aos países centrais tem relação com: a) uma nova etapa de composição técnica e orgânica de suas frações superiores do capital; b) transferências de mais-valor impostas aos segmentos que empregam a maior parte de seus trabalhadores e são movidos para debaixo das condições médias de produtividade e intensidade. Não apenas em *Plusvalía extraordinária y acumulación de capital* (1979c), mas também em *Dialéctica de la dependencia* (1973a), *Las razones del neo-desarrollismo* (1978) e *El ciclo del capital en la economía dependiente* (1979a), Marini mencionou que a superexploração pode estar determinada por transferências internas de mais-valor, e não apenas pelas externas, formulação que antecedeu seus escritos dos anos 1990, quando analisou o novo padrão de reprodução global do capital.

## O diálogo com a crítica

As principais críticas ao conceito de superexploração de Marini vêm de um conjunto de matrizes de interpretação que podemos resumir da seguinte forma: a) a leitura desenvolvimentista do capitalismo mundial, cuja principal expressão são análises weberianas do capitalismo dependente; b) o enfoque desenvolvimentista dos capitalismo nacionais, cuja principal pretensão é a de promover um capitalismo organizado que internalize o ciclo industrial ou eleve a participação do Estado nacional nas cadeias de valor globais; c) o endogenismo, que atribui características do capitalismo latino-americano fundamentalmente à combinação de forças econômicas, sociais, políticas e culturais internas. Tais análises, ainda que distintas, influenciaram-se reciprocamente, afetando as esquerdas e parte do campo marxista. Elas sustentaram, em maior ou menor grau, as seguintes teses: a) uma visão apologética que define os capitalismos industrial e pós-industrial como fundados de forma dominante ou exclusiva no mais-valor relativo; b) a negação ou minimização das transferências de valor; c) a determinação do valor da força de trabalho em bases estritamente nacionais; d) a incapacidade de compreender a limitação que a superexploração exerce sobre o mais-valor relativo; e) a desqualificação da superexploração como fundamento da dependência em favor das transferências de valor; f) a postulação de que o conceito de superexploração trunca ou viola substantivamente a lei do valor; g) a reivindica-

ção de que as particularidades da América Latina derivam do que se chamou articulação de modos de produção ou da combinação entre a modernidade capitalista com a persistência de formas pré-modernas patrimoniais, coloniais ou comunais.

A mais importante linha de ataque é a que sustenta que a modernidade capitalista se baseia no mais-valor relativo. Esse enfoque foi articulado principalmente pelas análises weberianas da dependência e pelo neodesenvolvimentismo, ganhando no pensamento endogenista dominância mais matizada. Os críticos de maior destaque foram Fernando Henrique Cardoso e José Serra, cujo texto conjunto expressou a convergência das análises weberianas do primeiro com o enfoque neodesenvolvimentista do segundo (CARDOSO e SERRA, 1978). Cardoso tratou de separar as análises de Marx do livro I de *O capital*, dedicado ao processo de produção do capital – em particular, a seção IV – daquelas do livro III, voltado para o processo de produção global de capital, que insere a abordagem inicial em uma totalidade mais complexa, tomando como objetos a concorrência, as transferências e a apropriação de mais-valor. Ao amputar o pensamento de Marx, Cardoso formulou um tipo ideal do modo de produção capitalista, voltado eminentemente para a criação de valor, minimizando a sua dialética negativa e as contradições intercapitalistas. Pôde, assim, promover a dependência e a associação do capital local ao imperialismo como objetivo nacional dos países latino-americanos, e confundir elevação de produtividade com produção de mais-valor, característica que atravessou seus textos sobre economia política.

Esse Marx domesticado e inofensivo foi mesclado pelo pensamento neodesenvolvimentista com outras referências, como Keynes, Schumpeter, Steindl e Kalecki, para reivindicar um ciclo endógeno e autônomo de desenvolvimento, em particular durante os anos 1970 e 1980, baseado na articulação entre distintas formas de oligopólio e a tecnoburocracia estatal, que deslocaram os limites do crescimento para a demanda interna e para os arranjos financeiros que vincularam diferentes setores e tipos de firmas. A demanda dos capitalistas atrelou a expansão do setor de bens da capital à sua expansão, garantindo um padrão de crescimento excludente, e as crises abriram o espaço para aprofundá-lo, ou construir novos estilos de desenvolvimento, em que a demanda estatal e os bancos públicos tornaram-se chaves para construir padrões de crescimento e financiamento mais equilibrados<sup>10</sup>.

10 Entre os principais pensadores neodesenvolvimentistas estão Maria da Conceição Tavares (1985 [1974] e 1998 [1978]), José Serra (1982), João Manuel Cardoso de Mello (1982[1975]), Antonio Barros de Castro e Francisco Eduardo Souza (1985), Luiz Bresser Pereira (1982), Guido Mantega (1984) e Paul Singer (1979), vinculados ao Instituto de Economia Industrial/UFRJ, ao Instituto de Economia da UNICAMP, à Fundação Getúlio Vargas de São Paulo ou ao CEBRAP. No México se destacam Jorge Castañeda e Enrique Hett (1978). Marini (1979-b) critica Maria da Conceição Tavares por tomar o consumo dos capitalistas, que ela nomeia como setor III, apenas como uma demanda externa, vinculado à apropriação e redistribuição do mais-valor, ignorando a sua constituição como setor produtivo

As análises weberianas se afastaram em grau desse enfoque, ponderando mais ênfase às restrições externas, embora postulassem ser o desenvolvimento o elemento predominante na relação com a dependência. Com a financeirização da acumulação de capital, a diminuição das taxas de crescimento econômico, a precarização das relações de trabalho e a destruição de direitos sociais promovidas pelo neoliberalismo nos centros imperiais e suas periferias na América Latina nos anos 1990, a postulação da centralidade do mais-valor relativo perdeu ênfase e saiu de cena, sem ser descartada e substituída por outra formulação nessas matrizes de pensamento. Nos primeiros 15 anos do século XXI, a onda progressista na América Latina e Caribe se afirmou e o reformismo liberal de esquerda foi protagonista. Este reivindicou o projeto de transição a um capitalismo includente, com forte expansão dos estratos médios, a partir do aumento do valor da força de trabalho, desvalorização de bens de consumo duráveis e ampliação do consumo de bens de consumos leves, capaz de proporcionar uma democracia estável. O cerco que a direita impôs a esse projeto, os diversos golpes de Estado e processos de desestabilização implementados, assim como a destruição da integração latino-americana, colocou em xeque a hipótese de um reformismo lento e contínuo.

A negação e a minimização das transferências de valor assumem diversas formas. A mais elementar é a confusão entre trabalho abstrato e trabalho socialmente necessário; produtividade e valor; e mais-valor extraordinário e a geração de mais-valor. O primeiro nível da criação de valor é o da quantidade de trabalho abstrato. Entretanto, como a produção de valor implica a produção de valores de uso, a quantidade de trabalho para ser equivalente geral de medida do valor necessita representar as condições médias de produtividade, intensidade e destreza em que se produz as mercadorias socialmente necessárias. Cria-se, então, uma apropriação do valor gerado pelo trabalho abstrato exercido em condições inferiores ou médias de produtividade por aquele exercido em condições superiores, exatamente porque a relação entre trabalho abstrato e trabalho concreto, ou entre valor e produtividade, é dialética, estabelecendo-se uma síntese contraditória entre essas dimensões distintas. A incapacidade de distinguir entre esses dois níveis, onde é gerado ou apropriado o valor, é o que fundamenta a confusão entre a produção de mais-valor e mais-valor extraordinário, pedra de toque do pensamento neodesenvolvimentista, que estende sua influência sobre o marxismo em função da hegemonia do liberalismo e do nacionalismo metodológico. Exemplos destes equívocos são Cardoso e Serra (1978), que descartaram o conceito de trabalho socialmente necessário na economia mundial e não se dão conta que transferências de valor podem se fazer via preços, em razão de confundirem traba-

---

específico vinculado à produção e à realização de mais-valor, o que minimiza as crises e seus efeitos.

lho abstrato e trabalho concreto, ou produtividade com valor, como denunciou Ruy Mauro Marini (1978).

Claudio Katz (2018) descartou a superexploração da força de trabalho como uma categoria central nas periferias dependentes por definir o valor da força de trabalho em bases nacionais. O valor da força de trabalho teria base histórica nas diferenças de produtividade de cada Estado ou região, sendo determinado pelo grau de desenvolvimento interno, modalidade de inserção internacional e pelas oscilações salariais que a luta de classes produzisse dentro desses condicionamentos. O que existiria, segundo o autor, seria o baixo valor da força de trabalho e não a superexploração, submetendo o marxismo às teorias desenvolvimentistas. Embora tenha se referido às transferências internacionais de valor, Katz não descreveu a concretude e a operacionalidade da categoria, que permaneceu genérica e tangencial em seu esquema, cometendo o erro que atribui incompreensivelmente a Marini. O intérprete brasileiro as detalhou e desenvolveu exaustivamente no plano teórico-metodológico, debruçando-se sobre o intercâmbio desigual, o mais-valor extraordinário, os preços de produção, os preços de produção de mercado, o mais-valor extraordinário entre os distintos setores de produção, além das transferências de valor de filiais a matrizes das corporações multinacionais, ou as estabelecidas pelo capital financeiro internacional. Katz desenhou, assim, o estranho cenário de uma economia mundial com transferências de valor abstratas e sem superexploração.

A incapacidade de compreender a relação dialética entre transferências de valor e superexploração do trabalho conduziu Katz a retomar Enrique Dussel (1985) para opô-las e afirmar que as transferências de valor são o fundamento da dependência e não a superexploração. A maior parte dos trabalhadores produziram mercadorias vendidas por valor social abaixo do valor individual, mas apenas a força de trabalho seria vendida em qualquer parte do mundo por seu valor, com a exceção de polos marginais maiores ou menores de acordo com os espaços geoeconômicos. Ele assinalou ainda que, se por hipótese a superexploração se estendesse aos centros, o capitalismo dependente perderia a sua especificidade.

Todavia, contrariamente ao que pensa Katz, não são as imposições da economia mundial que fundamentam a dependência, mas sim como as classes dominantes dessas formações sociais definem as relações de produção internas diante desses condicionamentos externos. Ao aplicar o método marxista para as condições de dependência, Marini partiu da circulação à produção, para só por meio dela voltar à circulação. É a remuneração da força de trabalho por abaixo de seu valor o elemento primordial da reprodução ampliada da dependência, pois limita a capacidade endógena de desenvolvimento das forças produtivas, componente estratégico para a produção e

apropriação de mais-valor, e estabelece os determinantes da reprodução ampliada da dependência. As transferências de valor atingem também Cuba e China, mas é o esforço para elevar o valor da força de trabalho nesses países que lhes vem permitindo afirmar e desenvolver a soberania científica e tecnológica em diversos campos e, no caso do país asiático, desafiar a liderança dos Estados Unidos no mundo. A extensão da superexploração aos países centrais não elimina a especificidade dos países dependentes. Se, de um lado, essa extensão se associa ao declínio tecnológico dos países imperialistas ocidentais a partir de um lugar distinto no sistema-mundo, de outro se vincula fundamentalmente à transferências internas de mais-valor em favor de suas frações de capital mais internacionalizadas, e não em benefício de frações estrangeiras e externas do capital.

A incapacidade de compreender os elementos centrais e a potencialidade do eixo metodológico lançado por Marini leva à confusão entre o conceito de superexploração do trabalho como tipologia abstrata, que exclui o mais-valor relativo, tal como definido por Marx, e como forma de exploração dominante que se combina com o mais-valor relativo, restringindo-o significativamente. Não apenas Claudio Katz apresentou em diversas partes a superexploração como uma teoria da pauperização, mas outras intérpretes marxistas, como Virginia Fontes, também se aproximaram dessa análise. Ela assinalou que o conceito de superexploração de Marini implica o truncamento da lei do valor no que se refere à força de trabalho e ao mercado interno, correspondendo a um período de desenvolvimento do que chama de capital-imperialismo brasileiro dos anos 1960, rapidamente superado na década seguinte (FONTES, 2010). Segundo a autora, Marini não teria percebido que o desenvolvimento por substituição de importações se dirigia basicamente ao mercado interno. Nildo Ouriques, em seu destacado livro *O colapso do figurino francês* (2014), dedicou um capítulo à superexploração, mas a entendeu basicamente por uma de suas formas, a redução salarial, que confundiu com a remuneração abaixo de seu valor, sua definição geral e ampla, sem especificar o que entende concretamente pelo valor da força de trabalho<sup>11</sup>.

Embora essa confusão tenha base em certa ambiguidade que permeia a obra de Marini e que aparece eventualmente em algumas de suas passagens, não constitui,

11 “Ricardo Antunes jamais fez menção à remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor como característica essencial da superexploração como modalidade de extração de mais-valor na periferia capitalista. É precisamente a superexploração que transforma parte do fundo de consumo dos trabalhadores em fundo de acumulação para o capitalista [...] é preciso incluir, sobretudo, o salário como mecanismo decisivo da remuneração da força de trabalho por debaixo de seu valor” (OURIQUES, 2014, p. 92-95). Nildo Ouriques tampouco fez menção à quarta forma de superexploração que indicamos, a elevação do valor da força de trabalho sem o aumento salarial correspondente.

como mencionamos, o seu núcleo metodológico central e mais importante. Em *Plus-valía extraordinária y acumulación de capital*, que em sua *Memória* considerou um complemento indispensável a *Dialéctica de la dependencia*, o autor apontou o mais-valor relativo, nos termos de Marx, como forma subordinada à superexploração na periferia dependente, que não implica necessariamente a sua eliminação: “Por otro lado, dada la superexplotación del trabajo, es decir, el hecho de que la fuerza de trabajo se remunere por debajo de su valor, la necesidad de desvalorizarla no se impone con la misma fuerza que en los países capitalistas avanzados [...]” (MARINI, 1979c, p. 33).

O que é fundamental no capitalismo dependente para Marini é que a superexploração é a sua forma de exploração principal, podendo impedir, subordinar ou até eliminar o mais-valor relativo. Não é a presença do mais-valor relativo que exclui a superexploração, como pensam Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Guido Mantega ou Paul Singer, mas a sua mediocridade que a estabelece como forma de exploração predominante, convertendo a pressão salarial em fonte de desestabilização do sistema político liberal representativo. A superexploração tampouco representa o truncamento da lei do valor, como imagina Virginia Fontes, mas exatamente o contrário, pois o desenvolvimento dialético da lei do valor desestabiliza equivalências que foram tomadas como ponto de partida. Este tema atravessa a crítica da economia política de Marx e o leva a formular múltiplos conceitos para dar conta da transformação das equivalências originais. Marini apenas acrescenta mais um conceito no processo de construção de categorias de análise do autor alemão. Não se sabe por que Virginia Fontes, uma autora cuidadosa, atribuiu a Marini desconhecer serem os processos de substituição de importações dirigidos ao mercado interno. O autor analisou abundantemente a expansão do mercado interno durante o auge da substituição de importações e a partir da penetração do investimento direto estrangeiro na indústria brasileira, apontando as formas da circulação de mercadorias a que deu lugar, criando categorias analíticas para explicar o divórcio entre as esferas alta e baixa do consumo.

A pretensão de separar o subdesenvolvimento de imperialismo e dependência se afirmou com o pensamento endogenista e conectou-se com as análises weberianas da dependência que procuram apresentá-la como o paradigma de desenvolvimento dos países periféricos, separando-a das mazelas das formações sociais periféricas em que predomina. Uma das formas do endogenismo é a teoria da articulação dos modos de produção, que sustenta ser a combinação de distintos modos de produção a razão para que o capitalismo latino-americano se afaste do padrão alcançado nas sociedades industriais e de serviços europeias e anglo-saxãs dos anos 1950-70, supostamente

a evolução mais próxima do desenvolvimento das leis puras, ideais típicas e exemplares do capitalismo. Retira-se do conceito de modo de produção a sua dimensão superestrutural, reduzindo-o à articulação de forças produtivas e relações de produção sem a mediação do Estado, priorizando-se sua caracterização como valor de uso em detrimento de sua articulação com a circulação. O conceito de modo de produção é, assim, convertido ao de formas produtivas, que, desconectadas da unidade dialética com a circulação, são desvinculadas da economia mundial, do processo de valorização do valor e de suas transferências espaciais. Diversificam-se as teses sobre distintos modos de produção, referentes às variadas combinações de forças produtivas e relações de produção, que passam a ser tomadas isoladamente e definidas segundo modelos abstratos orientados principalmente pela história milenar europeia, mas descolados da história do moderno sistema-mundo e da economia mundial capitalista. Agustín Cueva (1974 e 1977) se referiu a estruturas dominantes pré-capitalistas e à presença de relações feudais na América Latina durante o século XIX. Ele deu centralidade a processos endógenos de acumulação originária e explicou a via oligárquica de transição para o capitalismo dependente principalmente pela heterogeneidade estrutural, representada pela combinação de distintos modos de produção internos. Ciro Flammarion Cardoso e Hector Brignolli desenvolveram o conceito de modo de produção colonial, definido como uma estrutura pré-capitalista, que se hibridizou posteriormente com o modo de produção capitalista – associado pelos autores ao emprego de força de trabalho assalariada, à geração de mais-valor relativo e ao uso de técnicas industriais – impondo-lhe limites e modificando suas leis puras (CARDOSO, 1973; CARDOSO e BRIGNOLLI, 1983 [1979]). A economia mundial só é vista como capitalista e revolucionária com a emergência da grande indústria britânica, apesar das imensas transformações econômicas, políticas, espaciais, demográficas e civilizatórias entre os séculos XVI e XVIII. Grande ênfase foi colocada na autonomia das estruturas internas latino-americanas e na presença nelas do pré-capitalismo para a explicação do subdesenvolvimento e das formas predominantes de exploração da força de trabalho no capitalismo periférico. Outras expressões desse enfoque são Carlos Sempat Assadourian (1973 e 1982) e Enrique Semo (1978), que representaram a reação da intelectualidade ligada aos partidos comunistas de orientação soviética ou maoísta à ofensiva da teoria marxista da dependência e das análises do sistema-mundo nos anos 1960, 1970 ou 1980 (MARINI, 1992; MARTINS, 2021b).

A herança ibérica, o patrimonialismo dela derivado, ou as tradições comunais e corporativas são apontados pelo endogenismo e neodesenvolvimentismo como os limites para o estabelecimento de um capitalismo racional, promotor do desenvolvimento das forças produtivas e democrático. Maria da Conceição Tavares inverteu

a cronologia e o sentido da letra de Chico Buarque de *O fado tropical* - em que o compositor, em homenagem à Revolução dos Cravos, apresentou um Brasil predeterminado a virar um “grande Portugal” socialista no futuro -, dirigindo-a para o passado e para uma dimensão negativa e patrimonialista que acompanharia a história do país<sup>12</sup>. O pensamento neogramsciano, influenciado pelo eurocomunismo dos anos 1980, atribuiu as ameaças à consolidação de nossa democracia às estruturas internas formadas pelo iberismo e pela herança colonial, que poriam em risco e em incompletude a transição para o Ocidente político, descartando como relevantes os condicionamentos da dependência e do imperialismo à questão nacional. Sendo a luta, sobretudo, contra a reatualização do passado, que se hibridizaria com a dinâmica da modernidade capitalista, essa, em sua condição plena, não representaria limite para a consolidação e desenvolvimento da democracia, propondo-se a aliança com o liberalismo racional e o centro político como diretriz de estratégia e tática. A meta seria a de estabilizar a batalha das ideias dentro do regime político democrático para convertê-lo em um valor universal. Expressões desse pensamento no Brasil são os trabalhos de Carlos Nelson Coutinho (1979), Leandro Konder (1984) e Luiz Werneck Vianna (1986), todos oriundos do grupo Renovação do Partido Comunista Brasileiro dos anos 1970/80. Werneck Vianna defendeu a persistência de uma modernização baseada na combinação entre americanismo e iberismo, sob direção do primeiro. Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho posicionaram-se mais à esquerda, a partir dos anos 1990, e restringiram a necessidade de composição com o liberalismo conservador, ingressando no PT e depois no PSOL.

## **Subimperialismo, imperialismo e revolução no capitalismo contemporâneo**

O conceito de subimperialismo começou a ser formulado por Marini em 1965, com a publicação de *Brazilian interdependence and imperialist integration* (1965a) e *El eje militar Brasil-Argentina y el subimperialismo* (1965c). Nesses artigos o subimperialismo surgiu como um resultado da integração do Brasil ao imperialismo, impulsionado por tendências políticas e econômicas: as primeiras, relacionadas à substituição da política externa independente de Jânio Quadros e João Goulart pela de interdependência continental e fronteiras ideológicas, que colocou o conceito de segurança continental no lugar de soberania nacional; e as últimas, para solucionar a contradi-

12 “A aliança explícita da coroa portuguesa com a potência que derrotaria Napoleão e que imporia a Pax Britânica ao mundo por mais de um século permitiu que o Brasil se constituísse desde o começo do século XIX (e não no futuro, como temia Chico Buarque) num imenso Portugal” (TAVARES, 1999, p. 450).

ção entre o desenvolvimento da produtividade e a limitação dos mercados internos, provocada pela introdução da tecnologia estrangeira, através da conquista de mercados de exportação e da expansão da demanda estatal para equipamentos militares. O autor apontou que o subimperialismo se baseou em uma política de repressão salarial para atrair investimentos estrangeiros e repartir os lucros com o imperialismo, além de atuar para gerar o mesmo modelo político em outros países da América Latina, substituindo democracias liberais por ditaduras militares, em particular na Argentina e Uruguai, o que transformou a resistência e o socialismo em processos de emancipação e revolução continentais.

Em *Subdesarrollo y revolución*, em particular, no prefácio à 5ª edição, de 1974, o autor desenvolveu esse conceito, que aprofundou em *Estado y crisis en Brasil* (1977a), *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo* (1977b) e, particularmente, em *Geopolítica latino-americana* (1985), *Estado, grupos económicos y proyectos políticos no Brasil:1945-1988* (1989) e *Dependência e integração na América Latina* (1992). O subimperialismo é teorizado como a etapa da fusão do capital bancário e industrial dos capitalismo dependentes, que os leva a engendrar uma circulação relativamente autônoma, mas por isso mesmo relativamente subordinada aos imperialismos a que se integra. Sua emergência como fenômeno corresponde ao desenvolvimento do imperialismo estadunidense que ultrapassa a etapa da monopolaridade para a da integração hierarquizada e cooperação antagônica, em que os capitais privados recuperam sua autonomia diante do Estado e a difusão tecnológica faz emergir contradições entre o centro integrador, os Estados Unidos, e imperialismos rivais, sem ameaçar a centralidade do primeiro. A rígida separação entre centro e periferia se vê borrada pela emergência de potências capitalistas médias, que possuem pretensões de ingressar no grupo dos imperialismos, se baseiam no Estado para aumentar seu grau de autonomia, mas estão vinculadas pela dependência tecnológica, financeira e geopolítica ao imperialismo estadunidense, sendo, portanto, restringidas em sua capacidade de manobra, o que pode dar lugar a choques de maior ou menor intensidade, ocasionando distintas formas de acomodação.

Analisando o cenário no fim dos anos 1970, o autor assinalou Brasil, África do Sul, o Irã da monarquia Pahlavi, Israel e Índia como potências subimperialistas, descartando as pretensões de Argentina e México (MARINI, 1977b e 1979b). Ele posteriormente distinguiu o subimperialismo das economias de anexação, como o México, onde o alto coeficiente de exportação não é resultado da geração de um ciclo interno, sendo expressão de sua incorporação parcial à economia dos Estados Unidos por meio das *maquilas*, que basicamente substituem a força de trabalho estadunidense pela mexicana, sem se integrarem à circulação interna. Para o autor, a diversidade

das frações internas burguesas e oligárquicas e a crescente competição interimperialista ampliariam as possibilidades de autonomia do Estado para articular o projeto subimperialista. Esse se apoiaria em um expansionismo regional sobre as periferias centrado na exportação de manufaturas, no controle de matérias-primas e suprimentos, na demanda estatal impulsionadora da produção de bens de capital principalmente para projetos bélicos, e em intervenções político-militares. O subimperialismo se afirmou como projeto no Brasil antes que os problemas de realização provocados pela reprodução ampliada do capitalismo dependente colocassem a sua necessidade para manter o dinamismo do desenvolvimento econômico. Vinculou-se à Escola Superior de Guerra e teve em Golbery do Couto e Silva o seu principal ideólogo. Alcançou o seu auge durante a ditadura militar, quando foi criado o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (1966), que reuniu militares e industriais, quando se rechaçou o Tratado de Tlateloco de Não-Proliferação Nuclear (1968) e lançou-se o II PND, durante o governo Geisel, que priorizou o desenvolvimento da indústria de bens de capital e insumos básicos no Brasil. Geisel firmou o acordo de cooperação nuclear com a Alemanha, rompeu o acordo militar entre Brasil-Estados Unidos (1952), que previa o envio de minerais estratégicos em troca de equipamentos militares, e abriu espaço para a criação da Política Nacional de Informática (1984) no governo João Figueiredo. A reserva de mercado brasileira foi duramente retaliada por Reagan com elevações tarifárias no montante de US\$ 100 milhões e proibição de compras de produtos eletrônicos brasileiros.

Marini assinalou que o subimperialismo brasileiro enfrentou resistências internas e externas para se desenvolver e afirmar-se. Ele destacou:

a) a oposição da burguesia interna do setor de bens de consumo suntuários à formação de um expressivo setor de bens de capital, impulsionado pelo apoio estatal e orientado para a indústria bélica;

b) a financeirização estabelecida pelo imperialismo estadunidense, que impôs o estrangulamento macroeconômico às potências médias através da política do dólar forte, aproveitando-se de suas debilidades estruturais, como a imensa dependência financeira com que pretendiam viabilizar a substituição de importações na indústria pesada;

c) a redemocratização, que contou tanto com o apoio do imperialismo e dos segmentos empresariais que se opunham à expansão da indústria pesada, quanto com a ofensiva dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, redefinindo o papel dos militares na direção do Estado burguês; e

d) a ofensiva neoliberal que se afirmou durante as ditaduras militares no Chile e na Argentina, mas se generalizou na América Latina através do Consenso de Washin-

gton durante os anos 1990, implicando um profundo ajuste à globalização neoliberal que implicou, por sua vez, a desnacionalização e destruição de amplos segmentos industriais, principalmente os de maior valor agregado.

Segundo o autor, a industrialização brasileira apoiou-se em economias de transferência garantidas pelo Estado para viabilizar a substituição de importações, que se prologaram e mantiveram-se na sustentação ao projeto exportador. Esse projeto baseou-se em renúncias fiscais, créditos, subsídios, desvalorizações cambiais, na superexploração da força de trabalho e na estatização da dívida externa privada, mediante a expansão da dívida pública interna que se formou a partir dos anos 1980. O estrangulamento das políticas industriais pelas políticas monetárias e fiscais restritivas e a sobrevalorização cambial implicou o deslocamento de parte substancial da economia de transferência para a dívida pública interna, que se tornou a principal política do Estado brasileiro, acomodando as tensões entre as distintas frações do capital e impulsionando um gigantesco processo de financeirização.

O ajuste interno à globalização neoliberal priorizou a dívida interna e a financeirização como fonte de lucro extraordinário, acelerou a desindustrialização da economia e a reprimarização da pauta exportadora, subordinando o subimperialismo, que perdeu o suporte do projeto geopolítico e industrial-militar, da expansão do setor de bens de capital e da indústria em geral. Sobre isso Marini assim se expressou no final dos anos 1980:

Partindo de um projeto industrial-exportador, base de um ideal de potência, o país chegou à edificação de uma economia parasitária-especulativa e altamente dependente do exterior, cujo Estado se vê privado de um princípio básico de soberania – a definição de sua política econômica – e totalmente hipotecado ao grande capital nacional e estrangeiro. (MARINI, 1989, p. 40).

O subimperialismo brasileiro se redefiniu em margens muito mais estreitas de atuação. Descartado como prioridade por amplos setores da burguesia interna brasileira face às pressões do imperialismo e à montagem de uma imensa economia de transferência por meio da dívida pública, que restringiu o crédito e impôs taxas de juros reais muito superiores ao crescimento da economia durante todo o ciclo de Kondratiev expansivo de 1994-2015, se limitou, durante o auge neoliberal, à exportação de bens de consumo suntuários e de capitais – voltados para o controle de suprimentos estratégicos, como energia, petróleo e gás – na América do Sul. O subimperialismo voltou a ganhar prioridade no relançamento do projeto de potência média e de reindustrialização dirigido por uma tecnoburocracia neodesenvolvimentista, sob

o comando do governo Lula e forças de centro-esquerda<sup>13</sup>. Entretanto, esteve parcialmente limitado por uma política externa multilateral, alinhada com a integração regional na América Latina, a emergência do Sul global, o questionamento da liderança unipolar dos Estados Unidos e da hegemonia do neoliberalismo, que concretamente implicaram a elevação dos custos de produção nas periferias. O projeto expansionista partiu do apoio estatal a nichos de mercado, como a exportação de carnes, óleo de soja, papel e celulose, serviços de construção civil, petróleo e gás, e veículos automotores, para gerar encadeamentos no setor de bens de capital e na indústria naval. Tal projeto impulsionou investimentos na América do Sul, Caribe e África elevando significativamente os créditos por remessas de lucros na balança de pagamentos e assumiu uma face militar no comando brasileiro das tropas da Minustah, em aliança subordinada ao Comando Sul dos Estados Unidos.

O neodesenvolvimentismo e o subimperialismo reeditados não deslocaram a centralidade das políticas de financeirização, mas os seus efeitos positivos sobre o crescimento econômico e a formalização do emprego, apoiados por uma conjuntura internacional favorável de elevação dos preços da commodities, colocaram em questão a superexploração da força de trabalho, contribuindo para a retomada dos movimentos sindicais e as explosões sociais que marcaram os anos de 2012 e 2013, o que abriu espaço para a reação antidemocrática que culminou no golpe de Estado de 2016. Esse golpe de Estado impôs uma economia política recessiva que criminalizou as políticas sociais com a Emenda Constitucional nº 95, atingiu o BNDES, desmontou os programas estatais de reindustrialização e desarticulou parte das cadeias produtivas subimperialistas ao tornar suas empresas alvo da Operação Lava-Jato, respaldada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. Essa economia política recessiva do golpe de 2016, aprofundada no governo Bolsonaro, com a independência do Banco Central, o novo marco cambial e a reforma da previdência, contou com o apoio de amplas frações do grande capital, reunindo Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), CNI (Confederação Nacional da Indústria), Firjan e a Sociedade Rural Brasileira, entre outras representações patronais de grande porte, além do suporte das grandes empresas que exercem o monopólio midiático no Brasil. Tratou-se, sobretudo, de impedir que os trabalhado-

13 O atual ministro da Fazenda e ex-ministro da Educação, Fernando Haddad, assim se referiu às diferenças entre os projetos de internacionalização de Fernando Henrique Cardoso e Lula: “FHC, desde sempre, não depositava muita confiança na burguesia nacional e imaginava um acoplamento da economia nacional à ordem mundial de tipo subcapitalista. Em outras palavras, FHC via a burguesia nacional apenas como um sócio menor e dependente do capital internacional. Lula, ao contrário, sem negar nossas dificuldades históricas, imaginava a possibilidade do exercício de um subimperialismo, de tipo regional, mediante a internacionalização do capital nacional feita com o apoio do Estado nacional, mas limitada pela ação do capital internacional” (HADDAD, 2017).

res, detentores de uma força de trabalho que dobrou seus níveis de qualificação entre 1980-2010, fortalecidos pela elevação dos níveis de emprego e formalização do trabalho, atuassem para reduzir os altos níveis de desigualdade da economia brasileira. A aproximação no Haiti dos militares brasileiros ao Comando Sul dos Estados Unidos contribuiu para respaldar internamente o golpe de Estado, ao atualizar a influência do imperialismo em nossas forças armadas, semeada com a Escola Superior de Guerra em 1952, aprofundada com o golpe de 1964 e consolidada com a Lei de Anistia que estabeleceu limites à legalidade democrática e à soberania popular.

O subimperialismo como conceito na obra de Marini é parte importante de sua economia política, mas não possui a mesma centralidade que a categoria superexploração do trabalho<sup>14</sup>. Deve ser tomado de forma dinâmica, sendo inserido no redesenho dos padrões de reprodução de capital, e não assumido como uma estrutura rígida e estática que se impõe unilateralmente à realidade, pois não foi esse o caminho teórico-metodológico seguido por Marini<sup>15</sup>.

Em relação ao imperialismo, Marini distingue três fases a partir do fim da Segunda Guerra Mundial: a da monopolaridade dos Estados Unidos, a da cooperação antagonônica, e uma terceira etapa, que apenas começaria a se esboçar com a globalização capitalista e a mundialização da lei do valor, em que a dialética entre a centralização política e a internacionalização, presente nas etapas anteriores, desdobrar-se-ia em contradições profundas, colocando em questão a liderança dos Estados Unidos e o próprio Estado nacional como categoria política de articulação da economia mundial (MARINI, 1965b, 1977b, 1992 e 1996). O autor sugere que a tensão entre a internacionalização e o Estado nacional, ao ser levada ao ponto de ruptura, colocaria em questão o próprio capitalismo como sistema (MARINI, 1992). Durante a etapa da

14 A tese de Virgínia Fontes (2010) sobre o capital-imperialismo brasileiro que retomou, em certa medida, formulações de Jorge Castañeda e Enrique Hett (1978) sobre os imperialismos em formações periféricas, elude a questão da dependência ao usar um eufemismo, “imperialismo subordinado”, para ocultar a inserção estrutural distinta, negligenciando a superexploração da força de trabalho como limite para o desenvolvimento das forças produtivas, que descarta. O termo capital-imperialismo tampouco é o mais adequado porque elimina a mediação do Estado, sem o que não é possível a atuação imperialista de um grupo de capitais, que para isso se apropria do monopólio da violência e da identidade nacional.

15 Katz (2018) é um dos autores que se equivoca em sua análise da categoria de subimperialismo em Marini, tomando-a rigidamente, encerrando-a em seus textos dos anos 1970, negligenciando a historicidade que o autor apresenta em suas análises. O mencionamos aqui não com o intuito de polemizar, mas pela importância que assumiu sua obra. Ele faz afirmações surpreendentes como a de que a era de Ruy Mauro Marini foi a da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sendo o brasileiro um crítico das teses estalinistas e do Comintern sobre o imperialismo, o caráter das formações coloniais, do capitalismo nos países dependentes, e as lutas anti-imperialistas e socialistas. Marini tampouco vincula o subimperialismo à cooperação hegemônica, como quer Katz – que o aproxima implicitamente a Kautsky, pela via de um imperialismo coletivo, sob liderança dos Estados Unidos, e sem guerras –, mas sim à cooperação antagonônica.

monopolaridade, que se estende até meados dos anos 1950, o Estado norte-americano exerceu papel preponderante na reestruturação da economia mundial. Na fase da cooperação antagônica, se estabeleceram dois movimentos que limitaram o poder do Estado norte-americano: o de autonomia relativa de seus capitais diante do poder estatal; e o de projeção internacional e competição de outros centros de acumulação, notadamente, Alemanha e Japão. Durante o período da cooperação antagônica se afirmaram as rivalidades dos projetos subimperialistas periféricos e da emergência das economias do Leste asiático. Os primeiros são largamente derrotados durante a transição para a globalização neoliberal, submetidos à ofensiva financeira e militar do imperialismo dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha (MARINI, 1996). Entretanto, o desafio asiático ganhou novas escalas com a projeção da China socialista, elevando imensamente as pressões competitivas na economia mundial, que ultrapassaram amplamente os marcos do subimperialismo.

Na economia mundial baseada na mundialização da lei do valor pelo capital, a América Latina arrisca-se a ter sucateada a sua indústria e a regredir à especialização primário-exportadora sob bases tecnológicas modernas associadas ao aprofundamento da superexploração, caso continue a estar sob a liderança da burguesia dependente e associada. Marini afirmou, já no início dos anos 1990, que os povos latino-americanos devem retomar e atualizar os ideais bolivarianos para relançar a integração latino-americana sob novas bases, capazes de fundar algo próximo a um Estado supranacional latino-americano, que rompa com a superexploração, eleve radicalmente a qualificação do trabalhador, reverta a distribuição desigual de riqueza e renda e se baseie em uma intensa democracia participativa<sup>16</sup>.

Desde a primeira versão de *Subdesarrollo y revolución*, em 1969, para Marini, a luta dos povos latino-americanos contra o imperialismo não seria suficiente caso se restringisse apenas ao Estado nacional ou à América Latina, devendo assumir forte internacionalismo para interagir dialeticamente com as demais regiões das periferias ou semiperiferias e os trabalhadores dos países centrais, com destaque para os Estados Unidos:

Vista en su perspectiva histórica más amplia, una América Latina integrada al imperialismo no es más viable que la supervivencia del sistema imperialista mismo. La superexplotación del trabajo en que se funda el imperialismo, bajo cuyo signo se pretende integrar a los países de la región, establece una tal arritmia entre la evolución de las fuerzas productivas y las relaciones de producción que no deja prever sino el derrocamiento del sistema en su conjunto, con todo lo que él representa en explotación, opresión y degradación. Por otra parte, la lucha mundial

16 Ver, de Ruy Mauro Marini, *América Latina: dependência e integração* (1992), particularmente, os capítulos “A luta pela democracia” e “Os caminhos da integração”.

de los pueblos contra el imperialismo, a la cual se integró victoriosamente América Latina por medio de la Revolución cubana, no depende exclusivamente de lo que quieran y hagan los pueblos de este continente, sino que influye sobre éstos a través de sucesos tan importantes como la guerra de liberación del pueblo vietnamita, la revolución cultural china, la agudización de las luchas de clase en el interior mismo de Estados Unidos. (MARINI, 1974, p. 20).

O autor se distanciou desde sempre de qualquer propensão para o chauvinismo nacional ou latino-americanista e afirmou a sua compreensão do imperialismo como um sistema mundial a ser derrotado nesse plano<sup>17</sup>. Em suas *Memórias*, reivindicou abertamente a influência da teoria marxista da dependência sobre autores como Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein, Samir Amin e, naturalmente, Andre Gunder Frank, aproximando-se explicitamente das análises do sistema-mundo, sem abrir mão de sua autonomia, caminho que Theotonio dos Santos ampliou de maneira mais vigorosa após a morte de Marini, e Carlos Eduardo Martins (2011, 2020, 2021a e 2021b) vem dedicando parte de seus trabalhos ao desenvolvimento de uma teoria marxista do sistema-mundo capitalista:

Cabe concluir insistindo num traço peculiar da teoria da dependência, qualquer que seja o juízo que dela se faça: sua contribuição decisiva para alentar o estudo da América Latina pelos próprios latino-americanos e sua capacidade para, invertendo por primeira vez o sentido das relações entre a região e os grandes centros capitalistas, fazer com que, ao invés de receptor, o pensamento latino-americano passasse a influir sobre as correntes progressistas da Europa e dos Estados Unidos; basta citar, neste sentido, autores como Amin, Sweezy, Wallerstein, Poulantzas, Arrighi, Magdoff, Touraine. A pobreza teórica da América Latina, nos anos 80, é, numa ampla medida, resultado da ofensiva desfechada contra a teoria da dependência, fato que preparou o terreno para a reintegração da região ao novo *sistema mundial* (grifos nossos) que começava a se gestar e que se caracteriza pela afirmação hegemônica, em todos os planos, dos grandes centros capitalistas. (MARINI, 1990).

<sup>17</sup> Expressão desse equívoco é o ataque de Nildo Ouriques (2018) ao desdobramento teórico e histórico da teoria marxista da dependência a partir de seu diálogo com as análises do sistema-mundo, que reputa como submissão e, ainda, concessão a uma visão liberal. Preconiza a volta aos anos 1970, onde estaria uma suposta essência arqueológica da teoria marxista da dependência, com transbordante retórica e pouca preocupação conceitual, na contramão das linhas metodológicas estabelecidas nas obras de seus principais fundadores. Na mesma direção vão Marisa Amaral e Roberta Traspadini (2022), em artigo a quatro mãos, com bibliografia extremamente limitada sobre as análises do sistema-mundo e afirmações que denunciam uma leitura superficial e apressada desse enfoque – segundo as autoras, o conceito de sistema-mundo se contraporía ao de dependência porque permitiría a ampla mobilidade de posições dentro do sistema, afirmação que não se encontra em nenhum de seus formuladores.

## Conclusão

Neste artigo nos propusemos a revistar criticamente a obra de Ruy Mauro Marini seguindo as suas indicações metodológicas para o desenvolvimento dialético da teoria marxista da dependência, contribuindo para liberá-la das aderências desenvolvimentistas, neodesenvolvimentistas e endogenistas que haviam limitado a sua radicalidade. Consideramos ser esta a melhor forma de homenagear o autor e manter viva a sua obra. Abordamos os conceitos de superexploração do trabalho e subimperialismo e alguns dos principais debates que se estabeleceram em torno da sua definição, evolução e validade para a interpretação da realidade. Destacamos as leituras de Marini do imperialismo, sua interlocução com os analistas e os marcos em que coloca a revolução socialista no mundo contemporâneo, integrando dimensões nacionais, continentais e mundiais.

## Referências

- AMARAL, Marisa. Ainda a categoria de superexploração da força de trabalho: mais reflexões sobre novas e velhas controvérsias. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 6., 2018. *Anais do 6º Encontro Internacional de Política Social*. 2018. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/20120>. Acesso em 20 de dezembro de 2022. :
- AMARAL, Marisa; TRASPADINI, Roberta O vazio teórico no pensamento crítico latino-americano: a teoria da dependência como ápice da elaboração sobre o continente. In: *Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia Política*. Disponível em [https://enep.sep.org.br/uploads/1308\\_1647106039\\_ArtigoSEP\\_COM-Identifica%C3%A7%C3%A3o\\_pdf\\_ide.pdf](https://enep.sep.org.br/uploads/1308_1647106039_ArtigoSEP_COM-Identifica%C3%A7%C3%A3o_pdf_ide.pdf). Acesso em: 10 de janeiro de 2023.
- AMIN, Samir. *La ley del valor mundializada: por un Marx sin fronteras*. Madrid: El Viejo Topo, 2011.
- AMIN, Samir. *La acumulación a la escala mundial: la crítica de la teoría del subdesarrollo*. Madrid: Sigloveinteuno, 1974 [1973].
- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *El sistema de la economía colonial: mercado interno, regiones y espacio económico*. Instituto de Estudios Peruanos, 1982.
- ASSADOURIAN, Carlos Sempat. Modos de producción, capitalismo y subdesarrollo en América Latina. In: GARAVAGLIA, Juan Carlos (Org.). *Modos de producción en América*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente 40, 1973. p. 47-82.
- BAMBIRRA, Vania. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. Ciudad de México: Era, 1978.
- BAMBIRRA, Vania. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. Ciudad de México: Sigloveinteuno Editores, 1974.
- CAPUTO, Orlando; PIZARRO, Roberto. *Dependencia y relaciones internacionales*. San José: Editorial Universitaria Centroamericana, 1974.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias; CORREA, Hugo Figueira. Uma teoria da superexploração em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido. *Revista da SEP*, n. 44, p. 10-30, 2016. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/192>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- CARDENAS, Juan Cristobal. Controvérsias sobre a teoria da dependência e seu fundamento. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 12, n. 2, p. 240-263, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16017>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- CARDOSO, Ciro Flammarion. Sobre modos de producción coloniales de América. In: GARAVAGLIA, Juan Carlos (Org.). *Modos de producción en América*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente 40,

1973. p. 135-160.

CARDOSO, Ciro Flammarion; BRIGNOLLI, Héctor Perez. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1983 [1979].

CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. Las desventuras de la dialéctica de la dependencia. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 40, n. esp., p. 9-55, 1978. DOI: <https://doi.org/10.2307/3539682>

CASTAÑEDA, Jorge; HETT, Enrique. *El economismo dependientista*. Ciudad de México: Sigloveinteuno, 1978.

CASTRO, Antônio Barros; SOUZA, Francisco Eduardo. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CESO. Esquema de investigación sobre relaciones de dependencia en América Latina: bosquejo informativo. Facultad de Ciencias Económicas: Universidad de Chile, 1967. Disponível em Esquema de investigación sobre relaciones de dependencia en América Latina: bosquejo informativo - CLACSO. Acesso em: 10 de setembro de 2022

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: SILVEIRA, Ênio et al. *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. v. 9, p. 33-47.

CUEVA, Agustín. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. Ciudad de México: Sigloveinteuno, 1977.

CUEVA, Agustín. Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia. *Historia y Sociedad*, p. 55-77, 1974.

DOS SANTOS, Theotônio. *Desenvolvimento e civilização: homenagem a Celso Furtado*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Buenos Aires: CLACSO, 2016.

DOS SANTOS, Theotônio. *Do terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo*. Ideias & Letras, 2004.

DOS SANTOS, Theotônio. *Teoria da dependência: um balanço e perspectivas*. Civilização Brasileira, 2000.

DOS SANTOS, Theotônio. *De la dependencia al sistema mundial: balance y perspectivas*. Ciudad de México: UNAM, 1999.

DOS SANTOS, Theotônio. *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável*. Petrópolis: Vozes, 1995 [1993].

DOS SANTOS, Theotônio. *Imperialismo y dependencia*. Ciudad de México: Era, 1978.

DOS SANTOS, Theotônio. *Dependencia y cambio social*. Santiago: CESO, 1972.

DOS SANTOS, Theotônio. *Socialismo o fascismo: el dilema latinoamericano*. Santiago: Editorial Prensa Latinoamericana, 1969.

DOS SANTOS, Theotônio. *El nuevo carácter de la dependencia*. Santiago: CESO, 1968.

DUSSEL, Enrique. *La producción teórica de Marx: un comentario a los Grundrisse*. Ciudad de México: Sigloveinteuno, 1985.

FRANK, Andre G. *Dependent accumulation and underdevelopment*. McMillan Press, 1978.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

HADDAD, Fernando. Vivi na pele o que aprendi nos livros: um encontro com o patrimonialismo brasileiro. *Piauí*, n. 129, jun. 2017. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/>. Acesso em: 19 ago. 2023.

HIGGINBOTTOM, Andy. "Imperialist rent" in practice and theory. *Globalizations*, v. 11, n. 1, p. 23-33, 2014.

HIGGINBOTTOM, Andy. Underdevelopment as super-exploitation: Marini's political-economic thought. In: HISTORICAL MATERIALISM CONFERENCE, London, 2010. *Proceedings of the Historical Materialism Conference*. London, 2010.

KATZ, Claudio. *Teoria da dependência: cinquenta años después*. Buenos Aires: Batalla de Ideas, 2018.

KONDER, Leandro. *O marxismo na batalha das ideias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

LUCE, Mathias. *A teoria marxista da dependência: problemas e categorias uma visão histórica*. São

Paulo: Expressão Popular, 2018.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Poliks; Vozes, 1984.

MARINI, Ruy Mauro. Procesos y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (Coord.). *La teoría social latinoamericana: cuestiones contemporáneas*. Ciudad de México: UNAM; El Caballito, 1996. Tomo IV.

MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: integración y democracia*. Caracas: Nueva Sociedad, 1993.

MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MARINI, Ruy Mauro. *Memória*. Mimeo, 1990.

MARINI, Ruy Mauro. *Estado, grupos económicos y proyectos políticos en Brasil (1945-1988)*. Mimeo, 1989.

MARINI, Ruy Mauro. *Geopolítica latino-americana*. Rio de Janeiro: Programa de Estudos de América Latina e Caribe, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre el patrón de reproducción del capital en Chile. *Cuadernos CIDAMO*, n. 7, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. El ciclo del capital en la economía dependiente. In Oswald, Úrsula. Mercado y dependencia. México D.F.: Editorial Nueva Imagen, 1979a

MARINI, Ruy Mauro. Kissinger y Brzezinski: alternativas de la decadencia norteamericana. *El Universal*, 3 ene. 1979b.

MARINI, Ruy Mauro. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. *Cuadernos Políticos*, n. 20, p. 18-39, 1979c. Disponible em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP20/CP20.4.RuyMauro.pdf>. Acceso em: 20 ago. 2023.

MARINI, Ruy Mauro. Las razones del neodesarrollismo: respuesta a F. H. Cardoso e José Serra. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 40, n. esp., p. 57-106, 1978. DOI: <https://doi.org/10.2307/3539683>

MARINI, Ruy Mauro. Estado y crisis en Brasil. *Cuadernos Políticos*, n. 13, jul./set. 1977a.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, n. 12, abr./jun. 1977b.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. Ciudad de México: Siglo veintiuno, 1974 [1969].

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. Ciudad de México: Era, 1973a.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo. In: ENCUENTRO DE ECONOMISTAS LATINOAMERICANOS E ITALIANOS, 1972, Roma. [Intervenção]. CESO, 1973b.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesarrollo y revolución en América Latina. *Tricontinental*, n. 7, 1968.

MARINI, Ruy Mauro. La dialéctica del desarrollo capitalista em Brasil. *Cuadernos Americanos*, v. 146, n. 3, 1966.

MARINI, Ruy Mauro. Brazilian interdependence and imperialist integration. *Monthly Review*, v. 17, n. 7, 1965a. DOI: [https://doi.org/10.14452/MR-017-07-1965-11\\_2](https://doi.org/10.14452/MR-017-07-1965-11_2)

MARINI, Ruy Mauro. Contradicciones y conflictos del Brasil contemporáneo. *Foro Internacional*, v. 5, n. 20, 1965b. Disponible em: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/275>. Acceso em: 20 ago. 2023.

MARINI, Ruy Mauro. El eje militar Brasil-Argentina y el subimperialismo. *Arauco*, n. 71, 1965c.

MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária. *Teoría social latinoamericana: cuestiones contemporáneas*. Ciudad de México: UNAM; El Caballito, 1996. Tomo IV.

MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária. *Teoría social latinoamericana: la centralidad del marxismo*. Ciudad de México: UNAM; El Caballito, 1995. Tomo III.

MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária. *Teoría social latinoamericana: los orígenes*. Ciudad de México: UNAM; El Caballito, 1994a. Tomo I.

MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária. *Teoría social latinoamericana: subdesarrollo y dependencia*. Ciudad de México: UNAM; El Caballito, 1994b. Tomo II.

MARTINS, Carlos Eduardo. The resurgence of fascism in the contemporary world: history, concept, and prospective. *Critical Sociology*, v. 49, (7-8), p. 1095-1108, 2023.

MARTINS, Carlos Eduardo. The longue durée of Marxist Theory of Dependency and the twenty-first

- century. *Latin American Perspectives*, v. 49, n. 49, p. 18-35, 2022b. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0094582X211052029>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- MARTINS, Carlos Eduardo. As teorias do sistema-mundo na transição para o longo século XXI. *Reorientado*, v. 1, n. 1, p. 44-66, 2021a. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/reorientado/article/view/45893>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- MARTINS, Carlos Eduardo. A teoria social latino-americana no labirinto da história. *Revista Desenvolvimento & Civilização*, v. 2, n. 2, p. 74-117, 2021b. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdciv/article/view/66269>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Dependency, neoliberalism and globalization in Latin America*. Leiden; Boston: Brill, 2020.
- MARTINS, Carlos Eduardo. A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo. *Cadernos CRH*, v. 31, n. 84, p. 463-481, 2018. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v31i84.26116>
- MARTINS, Carlos Eduardo. Algumas reflexões em torno da superexploração do trabalho. *Revista da SEP*, n. 48, p. 28-43, 2017. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/404>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARTINS, Carlos Eduardo. Pensamento social. In: SADER, Emir *et al.* (Orgs.). *Enciclopédia contemporânea de América Latina e Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 925-934.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982 [1975].
- OSÓRIO, Jaime. Assessing a proposal for updating the Marxist Theory of Dependency. *Latin American Perspectives*, v. 49, n. 1, p. 153-165, 2022a. DOI: <https://doi.org/10.1177/0094582X211047906>
- OSÓRIO, Jaime. Dialectics, superexploitation, and dependency: notes on The Dialectics of Dependency. In: MARINI, Ruy Mauro. *Dialectics of dependency*. New York: Monthly Review Press, 2022b. p. 149-168.
- OSÓRIO, Jaime. Sobre superexploração e capitalismo dependente. *Cadernos CRH*, v. 31, n. 84, p. 483-500, 2018. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v31i84.26139>
- OSÓRIO, Jaime. Biopoder y biocapital: el trabajador moderno como homo sacer. *Argumentos*, v. 19, n. 52, p. 77-98, 2006. Disponível em: [https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0187-57952006000300005](https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-57952006000300005). Acesso em: 20 ago. 2023.
- OURIQUES, Nildo. Theotônio dos Santos e a importância do pensamento crítico. *Revista da Sociedade de Economia Política Brasileira*, nº 49, jan-abril, p. 10-15, 2018
- OURIQUES, Nildo. *O colapso do figurino francês: crítica às ciências sociais no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2014.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Seis interpretações sobre o Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, v. 25, n. 3, p. 269-306, 1982.
- RICHTA, Radovan. *Civilizations at the crossroads: social and human implications of the Scientific and Technological Revolution*. London; New York: Routledge, 2018 [1969].
- SEMO, Enrique. *História mexicana: economía y lucha de clases*. Ciudad de México: Era, 1978.
- SERRA, José Três teses equivocadas relativas à ligação entre industrialização e regimes autoritários In COLLIER, David (Org.) *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 101-154.
- SILVER, Beverly. “Plunges into utter destruction” and the limits of historical capitalism. In: ATZMÜLLER, Roland *et al.* *Capitalism in transformation movements and countermovements in the 21st century*. Edward Elger, 2019. p. 35-45.
- SINGER, Paul. A reprodução da força de trabalho e desenvolvimento. In: PADIS, Pedro Calil (Org.). *América Latina: cinquenta anos de industrialização*. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 197-222.
- SMITH, John. *Imperialism in twenty-first century: globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis*. New York: Monthly Review Press, 2016.
- TAVARES, Maria da Conceição. Império, território e dinheiro. In: FIORI, José Luis (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Ciclo e crise; o movimento recente da industrialização brasileira*. Cam-

pinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998 [1978].

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1985 [1974].

VALENCIA, Adrián Sotelo. *Estados Unidos en un mundo en crisis: geopolítica de la precariedad y la superexplotación del trabajo*. Anthropos, 2019.

VALENCIA, Adrián Sotelo. Hipótese a respeito da extensão da superexploração do trabalho no capitalismo avançado desde a teoria marxista da dependência. *Cadernos CEMARX*, n. 9, p. 33-47, 2016. DOI: <https://doi.org/10.20396/ce marx.v0i9.10910>

VIANNA, Luiz Werneck. *Travessia: da abertura à Constituinte 86*. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Historical capitalism with capitalism civilization*. London; New York: Verso, 1995.